



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - CEP 77015007 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br/>
Tribunal de Justiça

Termo de Referência nº 461 / 2026
PRESIDÊNCIA/DIGER/DTINF/DSI/SSA

Data	Versão	Descrição	Autor
17/03/2026	1.0	Primeira versão	SSA
05/05/2026	2.0	Alteração da Natureza da Contratação	Equipe de Planejamento

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O presente procedimento administrativo tem por objeto a contratação de empresa especializada em emissão de Certificado Digital do tipo e-Equipamento, formato em arquivo, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 meses, visando atender as demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, provendo recursos tecnológicos necessários à utilização em sistemas que façam uso da certificação digital, em especial o sistema da Receita Federal, InfoConv.

1.1.2. A aquisição será realizada em conformidade com a disponibilidade orçamentária e obedecendo às especificações e quantidades estabelecidas neste Termo, por meio de licitação regida pela Lei nº 14.133, de 2021.

1.1.3. Bens e serviços que compõem o objeto

Item	Descrição	CATSER	Unidade de Medida	Qtde. Anual
01	Certificado Digital do tipo e-Equipamento, formato em arquivo, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 meses	27162	Unidade	3

Tabela 01 - Item a ser adquirido

1.1.4. Descrição do objeto da contratação.

1.1.4.1. Especificações Técnicas:

1.1.4.1.1. Certificado A1 do tipo e-Equipamento com validação da organização ICP-Brasil.

1.1.4.1.2. Deverá ser emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1.1.4.1.3. Deve permitir acesso a aplicações, transmitir dados de operações de Pessoa Jurídica, entre outras destinações.

1.1.4.1.4. Ser homologado e utilizado nos serviços eletrônicos da Receita Federal e dos principais Órgãos da Administração Pública Federal no processo de certificação digital brasileira, como Presidência da República, Ministério da Fazenda, do Planejamento e da Defesa, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Banco Central do Brasil, Justiça Federal, Serpro, Correios, entre outros.

1.1.4.1.5. Suporte aos principais navegadores de mercado, entre os quais: Microsoft Internet Explorer, Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome.

1.1.4.1.6. Deve ser possível a instalação do certificado em computadores de forma ilimitada e sem custo adicional, permitindo assim o uso de um mesmo certificado em número ilimitado de equipamentos.

1.1.4.1.7. Deverá vir acompanhado de documentação técnica.

1.1.4.1.8. Deverá possuir validade mínima de 1 (um) ano, contados a partir da data de sua emissão.

1.1.4.1.9. Utilizar algoritmo de criptografia SHA-256.

1.1.4.1.10. Suportar chaves RSA com 2.048 bits.

1.1.4.1.11. Verificação do status do Certificado em tempo real (OCSP).

1.1.4.1.12. Possuir conformidade WebTrust.

1.1.4.1.13. Incluir prestação de suporte técnico remoto, via telefone, e-mail, chat e/ou website, por equipe de técnicos especializados, para esclarecimento de dúvidas técnicas e cadastrais, tais como: geração do CSR, validação da solicitação de compra, instalação do certificado e outras necessárias à perfeita execução do objeto contratado.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Nos termos da Resolução nº 370/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), evidencia-se a necessidade premente de investimentos contínuos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como meio essencial para garantir a modernização, eficiência e segurança dos serviços judiciais.

1.2.2. A utilização de certificados digitais na infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário configura-se como um instrumento indispensável para assegurar a autenticidade, integridade e validade jurídica das transações realizadas com outros sistemas.

1.2.3. Além disso, a implementação de soluções de certificação digital está alinhada às diretrizes de governança digital, proteção de dados e interoperabilidade previstas na referida Resolução, promovendo a mitigação de riscos, a conformidade com normativos legais e a eficiência na tramitação dos processos judiciais eletrônicos.

1.2.4. Atualmente o uso de certificado digital se torna necessário para garantir a continuidade dos serviços que necessitam de dados da Receita Federal, como CPF/CNPJ e nome de pessoas físicas e jurídicas.

1.2.5. A contratação de certificados digitais do tipo e-Equipamento é essencial para garantir a segurança das comunicações entre servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO) e serviços externos, uma vez que esses certificados são emitidos por certificadoras autorizadas e obedecem ao padrão ICP-BRASIL.

1.2.6. Portanto, a contratação visa manter a disponibilidade dos serviços que necessitam de dados do InfoConv e consecutivamente o uso obrigatório de Certificados Digitais padrão ICP-Brasil, do tipo e-Servidor, A1 (arquivo).

1.2.7. Para atendimento das necessidades citadas e considerando que o cumprimento dos objetivos estratégicos institucionais deste Tribunal de Justiça está atrelado, em boa parte, aos recursos fornecidos pela Diretoria de Tecnologia da Informação, a quem compete sempre buscar a entrega de valor, por meio de serviços adequados ao propósito e ao uso, úteis e com garantia de funcionamento, a presente contratação visa garantir a autenticidade, integridade e não repúdio das transações realizadas através de sistemas de propriedade do Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

2. FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A presente contratação será precedida por Licitação Pública, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada no âmbito do Tribunal de Justiça pela IN TJTO nº 4, de 31 de janeiro de 2023, além da Resolução CNJ nº 468, de 15 de julho de 2022, que regulamenta as contratações de bens e serviços de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC).

2.2. Modalidade de Licitação

2.2.1. Trata-se de contratação de serviço comum, a ser contratada por Contratação Direta na modalidade **Dispensa de Licitação**, conforme preceitua Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021 e Instrução Normativa Nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

2.3. Indicação justificada da adoção ou não do Sistema de Registro de Preços

2.3.1. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços;

2.4. Indicação justificada do critério de julgamento da contratação

2.4.1. A seleção da proposta para esta contratação será pelo critério de MENOR PREÇO. A escolha visa obter o menor custo possível para Administração Pública observado os requisitos mínimos descritos no Termo de Referência (TR).

2.5. Indicação justificada do critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Encerradas as análises das propostas e habilitação, e após a regular decisão dos recursos apresentados, caso apresentados, o objeto da licitação será adjudicado por ITEM ao licitante declarado vencedor pela autoridade superior.

2.6. Indicação justificada da possibilidade de participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. Por se tratar de objeto de "baixa complexidade", não será admitida a participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar os serviços de forma independente.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. O objeto da contratação não permite a segmentação para que seja atingido o objetivo, sendo, portanto, vedada a subcontratação.

2.8. Aplicação da Lei Complementar Federal nº. 123

2.8.1. Não há óbice quanto à aplicabilidade da Lei Complementar Federal nº 123.

2.9. Indicação de direito de preferência

2.9.1. Não há indicação de direito de preferência.

3. REQUISITOS DO FORNECEDOR

3.1. Indicação justificada da capacidade técnica e econômica a ser exigida do fornecedor

3.1.1. O critério de habilitação busca filtrar as empresas que realmente pertencem à área de tecnologia da informação e comunicação, ou seja, do ramo do objeto que se pretende contratar, de modo a minimizar riscos para a regular execução do objeto.

3.1.2. Será exigido Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a finalidade de comprovar que o licitante forneceu objetos e/ou prestou serviços satisfatoriamente, em características compatíveis com o objeto da licitação.

3.1.3. Haverá a necessidade da Contratada apresentar os documentos necessários a habilitação econômico financeira, visando demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, conforme art. 69 da Lei 14.133/2021, restrita à apresentação da seguinte documentação:

3.1.3.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

3.1.3.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

3.2. Indicação justificada de necessidade de apresentação de amostras ou vistoria

3.2.1. Não será necessária apresentação de amostra por parte do participante vencedor, uma vez que o procedimento de apresentação de amostras por parte do participante vencedor não se aplica ao objeto desta contratação.

3.2.2. Pelas características do objeto entende-se que a possibilidade de realização de vistoria não agrega valor ou reduz riscos do processo de contratação. Quaisquer dúvidas podem ser dirimidas remota e formalmente durante as etapas do processo de contratação, especialmente em sua fase externa.

4. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADES DE PRORROGAÇÃO

4.1. Indicação do instrumento desejado para formalizar o ajuste

4.1.1. O contrato será o instrumento indicado para formalizar o ajuste.

4.2. Prazo de vigência do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato a ser firmado terá vigência de 36(trinta e seis) meses, contados a partir da sua publicação.

4.2.2. Nos casos de serviços contínuos ou continuado, os contratos administrativos poderão ter vigência de até 36(trinta e seis) meses, conforme o art. 106, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.2.1. A fixação da vigência contratual em 36(trinta e seis) meses proporciona maior previsibilidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando descontinuidade na prestação do serviço e assegurando a adequada proteção das informações institucionais.

4.2.3. Os certificados digitais para órgãos públicos, garantem a validade jurídica de documentos eletrônicos, a interrupção do serviço poderia prejudicar o acesso a sistemas governamentais.

4.2.4. Ademais, a utilização de certificados digitais é imprescindível para o funcionamento dos sistemas informatizados do Tribunal, garantindo a continuidade na comunicação entre os dados dos sistemas do Governo Federal e os sistemas do Poder Judiciário do Tocantins.

4.3. Possibilidade de prorrogação contratual

4.3.1. Poderá, por interesse da Administração, ser realizada a prorrogação da vigência do Contrato nos termos da Lei, tendo em vista que a essencialidade do objeto requer a manutenção de contrato de fornecimento contínuo, pelo fato de que eventual paralisação da atividade implica em prejuízo ao exercício das atividades da Administração.

4.4. Fundamentação do prazo contratual

4.4.1. Artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE GESTÃO

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. A gestão e a fiscalização da presente contratação serão atribuídas a servidores designados pela Diretoria Geral - DIGER. Assim, indicamos os respectivos servidores para desempenhar os papéis de gestor e fiscal técnico:

I - Helivan Araújo Lopes, matrícula 366609 - Gestor;

II - Paulo Canedo Costa Rodrigues, matrícula 352917 - Gestor Substituto;

III - Rogério Carvalho dos Santos, matrícula 368267 - Fiscal Técnico;

IV - James Noleto Brandao da Silva, matrícula 368221 - Fiscal Técnico Substituto.

5.2. Forma de comunicação a ser estabelecida entre as partes

5.2.1. A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da aquisição dos objetos.

5.2.2. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações à Contratada.

6. PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

6.1. O TJTO encaminhará o pedido de fornecimento a qualquer tempo dentro da vigência contratual e após a emissão do empenho. O prazo de entrega dos certificados digitais será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento pela empresa da Ordem de Serviços.

6.2. A entrega deverá ser feita por meio eletrônico, pelo e-mail do demandante e/ou gestor do contrato.

6.3. Em caso de dúvida ou para agendamento da entrega, a empresa pode telefonar para o número: (63) 3142-2689 ou 3142-2692.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DO CONTRATANTE

7.1. Deveres e responsabilidades do Contratante

- 7.1.1. Designar gestor e/ou fiscal para acompanhar a execução do contrato.
- 7.1.2. Encaminhar formalmente o pedido de fornecimento dentro da vigência contratual e após a emissão do empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.
- 7.1.3. Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 7.1.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base na Avaliação de Resultado.
- 7.1.5. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando aplicável.
- 7.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à Contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato.
- 7.1.7. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto.
- 7.1.8. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021.
- 7.1.9. Proporcionar condições para a execução do objeto deste Termo.
- 7.1.10. Assegurar os recursos necessários para custear as despesas deste Termo, por meio da emissão de empenho, garantindo o pagamento da nota fiscal, respeitada a ordem cronológica.
- 7.1.11. Rejeitar os certificados que não atendam às especificações e aos requisitos mínimos constantes deste Termo.
- 7.1.12. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada.
- 7.1.13. Zelar para que, durante a vigência do contrato, sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da empresa contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7.2. Deveres e responsabilidade da Contratada

- 7.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 7.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual.
- 7.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante.
- 7.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária.
- 7.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.
- 7.2.6. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas aplicáveis direta e indiretamente à contratação.
- 7.2.7. Manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).
- 7.2.8. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) durante a execução do contrato.
- 7.2.9. Realizar a entrega dos objetos nas condições, preços e prazos pactuados, nos termos deste Termo de Referência e da proposta de preços.
- 7.2.10. Emitir nota fiscal discriminando os objetos fornecidos, de acordo com o Termo de Referência.
- 7.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 7.2.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ou indiretamente ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da contratação, por ação ou omissão, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento.
- 7.2.13. Substituir, às suas expensas, os objetos que não atenderem a qualidade correspondente às especificações exigidas neste Termo de Referência, bem como aqueles que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 7.2.14. A troca de qualquer objeto defeituoso deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura de ordem de serviço (chamado), e deverá estar coberta pela garantia, sem gerar qualquer ônus adicional para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
- 7.2.15. Custear todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.2.16. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- 7.2.17. Apresentar cópias das alterações do ato constitutivo, sempre que houver.
- 7.2.18. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do contrato.
- 7.2.19. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme inciso II do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.20. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto ao CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato.
- 7.2.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos termos do art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REGIME DE EXECUÇÃO**8.1. Mecanismos de comunicação**

- 8.1.1. A comunicação entre a fiscalização e a Contratada será realizada por meio de correspondência oficial e anotações ou registros no mesmo processo que tratam da aquisição dos objetos.
- 8.1.2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade no fornecimento dos produtos.
- 8.1.3. A fiscalização será sob o aspecto qualitativo e quantitativo, devendo ser anotado, em registro próprio as falhas detectadas, e comunicadas ao gestor do contrato todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.
- 8.1.4. Quando houver necessidade, o gestor deverá emitir notificações para a Contratada.

8.2. Dinâmica de execução

- 8.2.1. A Contratada deverá prestar o serviço em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviços.
- 8.2.2. As emissões dos Certificados Digitais deverão ocorrer por videoconferência, aos usuários que possuam documentos válidos pelo Denatran, TSE, CNH ou pelo PSBio - ICP-Brasil, seguindo a Instrução Normativa nº 5 do Instituto Nacional de Tecnologia (ITI), de 22 de fevereiro de 2021, ou outra que a substitua.
- 8.2.3. Os serviços deverão ser prestados observando-se níveis mínimos dispostos no item 18, que estarão dispostos no Termo de Referência.
- 8.2.4. A Contratada comunicará ao gestor do contrato, mensalmente ou sempre que solicitado, em forma digital, a lista dos usuários habilitados que receberam certificados naquele mês.
- 8.2.5. A Contratada deverá se atentar para confidencialidade da informação que, porventura, tiver acesso, com fulcro no Decreto nº 7.845, de 2012, com a finalidade de salvaguardar as informações armazenadas por este Tribunal de Justiça.

8.3. Prazos de entrega ou de execução do objeto

- 8.3.1. O prazo para execução do objeto será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento Ordem de Serviços.
- 8.3.2. Antes de findar o prazo estabelecido no subitem, a empresa CONTRATADA poderá formalizar pedido de sua prorrogação, cujas razões expostas serão examinadas pelo CONTRATANTE, que decidirá pela prorrogação ou não do prazo ou aplicação das penalidades previstas no CONTRATO.

8.4. Local e horário para a entrega dos produtos ou para a execução do objeto

- 8.4.1. As emissões dos Certificados Digitais deverão ocorrer por videoconferência, em horário de expediente do Contratante, das 12 às 18 horas, ou em outro horário previamente combinado.

8.4.2. A videoconferência deverá ser previamente agendada e tolerância máxima de 20 minutos para início, visto que a mesma será realizada pela Desembargadora Presidente do Tribunal de Justiça.

8.4.3. Após emitido, o arquivo deve ser enviado em qualquer horário para o e-mail do demandante e/ou gestor do contrato.

8.5. Forma de execução do objeto

8.5.1. A emissão do certificado digital deverá ser realizada por meio de videoconferência, após o solicitante preencher as informações requeridas pela Contratada, por meio do link enviado por esta via e-mail, bem como efetuar o agendamento para a validação de seus documentos.

8.5.2. A forma de execução do objeto será conforme o item 8.2.

8.5.3. Quantidade mínimas de bens ou serviços para comparação e controle:

8.5.3.1. Não se aplica.

8.6. Cronograma de realização dos serviços

8.6.1. Não se aplica.

8.7. Previsão dos recursos necessários para execução do contrato (recursos materiais, instalações, equipamentos e pessoal técnico adequado)

8.7.1. Não se aplica.

8.8. Procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas

8.8.1. Não se aplica.

8.9. Deveres e disciplina exigidos da contratada e de seus empregados, durante a execução do objeto

8.9.1. Não se aplica.

8.10. Prazos e condições para recebimento provisório e definitivo do objeto

8.10.1. O responsável técnico deverá, após a comprovação da emissão dos certificados digitais, por meio de documento comprobatório apresentado pela Contratada, emitir e assinar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à entrega dos objetos, o Termo de Recebimento Provisório.

8.10.2. Após o recebimento e a conferência do Termo de Recebimento Provisório, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, observado o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

8.10.3. A data de início da contagem do prazo de validade dos certificados digitais deverá constar no documento comprobatório apresentado pela Contratada, respeitando os prazos de validade estabelecidos para cada item do objeto, em conformidade com o disposto no Termo de Referência.

8.10.4. A validade do Certificado é independente da vigência Contratual.

8.11. Condições para substituição ou refazimento durante a fiscalização

8.11.1. A Contratada deverá refazer, às suas expensas, os certificados que não atenderem a qualidade correspondente às especificações exigidas neste Termo de Referência, bem como aqueles que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.11.2. A reemissão de novo certificado deverá ser realizada em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura de ordem de serviço (chamado), sem gerar qualquer ônus adicional para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

8.11.3. A reemissão está vinculada às características do certificado, excetuando compatibilidades com sistemas.

8.12. Prazo de garantia ou de validade

8.12.1. Prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas da Contratada e/ou mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo da validade do certificado: 12 (doze) meses.

8.13. Condições e prazos para substituição ou refazimento durante a garantia

8.13.1. A data e hora da abertura do chamado de garantia pela contratada será definida como a data e hora do início da contagem dos prazos de atendimento estabelecidos.

8.13.2. A contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para solução definitiva do problema.

8.13.3. A Contratada deverá observar o Acordo de Nível de Serviço (ANS), conforme o Anexo V (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO) deste Termo de Referência.

8.13.4. Pela inexecução ou descumprimento dos prazos de atendimento dos chamados, a CONTRATADA estará sujeita a glosas, conforme estabelecidas no Anexo V deste Termo de Referência, de acordo com a medição dos níveis mínimos de serviços.

8.14. Necessidade de Garantia Contratual a ser exigida do Fornecedor

8.14.1. Não haverá exigência da garantia de execução contratual.

9. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

9.1. A empresa contratada será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste termo de referência, sujeitando-se às seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.1.1. A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial deste contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

9.1.2. A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Tocantins por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - der causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do subitem 9.1.2. que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou ainda quando a CONTRATADA:

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.1.4. Em conjunto com as sanções dos subitens 9.1.1., 9.1.2. ou 9.1.3. a autoridade competente poderá:

I - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e

II – determinar a extinção unilateral do contrato.

9.1.5. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeitará a empresa contratada a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

I - 1% (um por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

9.1.6. O CONTRATANTE avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impuntualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a empresa contratada às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

9.1.7. A aplicação de multa de mora não impedirá que o CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste Termo.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

9.1.8. A não apresentação da documentação prevista no tópico 10.2 deste Termo de Referência ou a constatação de qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitarão a empresa contratada à pena de advertência e à sua notificação para sanear o vício ou irregularidade:

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do subitem 9.1.4.

9.1.9. O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do CONTRATANTE, observando-se os critérios constantes do subitem 9.1.13 e sem prejuízo das demais sanções.

9.1.10. Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos subitens 9.1.5 e 9.1.9, desta cláusula, a critério do CONTRATANTE, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

9.1.11. Ressalvadas as penalidades do inciso I do subitem 9.1.4, o somatório das demais multas previstas neste tópico não poderá superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato ou de 1/12 do valor total.

9.1.12. A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no subitem anterior poderá ensejar a extinção unilateral deste contrato.

9.1.13. Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

VI – a não reincidência da infração;

VII – a atuação da empresa contratada em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;

VIII – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

9.1.14. A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

9.1.15. Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no subitem 9.1.13 deste Termo de Referência.

9.1.16. A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela empresa contratada ou recolhida ao Fundo Especial de Modernização e Aprimoramento do Poder Judiciário - Funjuris por meio de DAJ – Documento de Arrecadação Judiciária.

9.1.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à empresa contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, ou será cobrada judicialmente.

9.2. No processo Administrativo sancionatório, a dosimetria na aplicação de penalidades decorrentes da prática de infrações definidas neste contrato e no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATANTE deverá observar as disposições da Instrução Normativa do TJ/TO nº 6, de 31 de janeiro de 2023.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, apresentar nota fiscal correspondente aos certificados efetivamente fornecidos.

10.2. Caberá à empresa contratada apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas neste Termo.

10.3. O CNPJ constante da Nota Fiscal deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho e vinculado à conta corrente da empresa contratada.

10.4. O CONTRATANTE somente pagará à empresa contratada os certificados que forem efetivamente fornecidos.

10.5. Os pagamentos serão efetuados após análise da conformidade dos certificados fornecidos com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto do fiscal técnico do contrato.

10.6. O atesto do fiscal técnico do contrato na nota fiscal é condição indispensável para o pagamento.

10.7. Na ausência do fiscal técnico do contrato (férias, licença ou em viagem por interesse do CONTRATANTE), o atesto será dado pelo fiscal técnico substituto.

10.8. O CONTRATANTE reserva-se o direito de não atestar a nota fiscal para o pagamento, se os dados constantes da mesma estiverem em desacordo com os dados da empresa contratada ou, ainda, se os certificados fornecidos não estiverem em conformidade com as especificações apresentadas neste Termo de Referência, ficando o pagamento suspenso até a regularização.

10.9. O gestor deverá enviar o processo com a solicitação de pagamento à Diretoria Financeira em prazo hábil para a realização do tempestivo pagamento em conformidade com o estabelecido neste contrato.

10.10. Havendo duas ou mais solicitações de pagamento aptas a serem processadas e não sendo possível a efetivação da quitação na mesma data, a Diretoria Financeira deverá observar a ordem de preferência estabelecida no caput do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a este contrato, conforme art. 145 da Lei nº 14.133/2021.

10.12. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos do protocolo de recebimento da nota fiscal (momento em que o credor está adimplente com a obrigação firmada perante o CONTRATANTE), sendo que, recaído sobre dias não úteis, o termo final será prorrogado para o dia útil subsequente.

10.13. O pagamento será realizado, no prazo previsto no item anterior, por meio de ordem bancária em conta corrente da empresa contratada, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido.

10.14. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e as multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a empresa contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, junto com a fatura, cópia do respectivo comprovante.

10.15. O pagamento somente será realizado mediante a comprovação das mesmas regularidades exigidas para a habilitação da empresa contratada.

10.16. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que o atraso decorrente gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.17. Fica a empresa contratada ciente de que, por ocasião do pagamento, será verificada sua situação quanto à regularidade fiscal exigida na habilitação, a qual deverá ser mantida durante toda a execução contratual.

10.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a empresa contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

10.19. Ocorrendo atraso no pagamento e desde que a empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no item 10.12 e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365 \text{ I} = (6/100)/365 \text{ I} = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

10.20. Nos pedidos de alteração da forma de pagamento, observar-se-á à disposição da Seção III do Anexo VI da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

10.21. Todos os atos inerentes ao presente contrato obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI do CONTRATANTE.

11. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

11.1. O preço poderá ser reajustado após 12 (doze) meses contados do termo inicial previsto no item 11.2 deste Termo de Referência, observada a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA ou por outro indicador que venha substituí-lo.

11.2. O primeiro reajuste será devido após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, independentemente da data da tabela ou sistema referencial de custos utilizado.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido. O arredondamento dos preços reajustados do contrato se regerá da seguinte forma:

11.3.1. Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

11.3.2. Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no subitem 11.3.1 for igual ou superior a cinco, aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade. Já quando for inferior a cinco, permanecerá a mesma inalterada.

11.4. Os pedidos de reajuste contratual serão recebidos, instruídos e impulsionados pelo gestor deste contrato, conforme Seção III do Anexo V da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

11.5. Nos procedimentos de reajuste, deverão ser observadas as disposições da Seção VI, do Capítulo VIII, da Instrução Normativa do TJ/TO nº 4, de 31 de janeiro de 2023.

12. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Serão observados os critérios de sustentabilidade ambiental, nos termos do art. 144 da Lei nº 14.133, de 2021, e o [Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário do Estado do Tocantins \(PLS/PJTO\), para o ciclo 2025-2026](#).

12.2. O fornecimento dos certificados digitais deverá ser feito de forma eletrônica, evitando a confecção e transporte de mídias, de forma que a CONTRATADA se pautar no uso racional de recursos e equipamentos, caracterizando a adoção de diretrizes de responsabilidade ambiental.

13. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS INSTITUCIONAIS

13.1. Alinhamento aos Planos Estratégicos do Órgão

13.1.1. Plano Estratégico

ID	Objetivo Estratégico
1	Macrodesafio - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados

Tabela 02 - Plano Estratégico do Órgão

13.2. Alinhamento ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC

ID	Ação do PDTIC	Meta do PDTIC associada
1	Aumentar a satisfação dos usuários de TIC	Atingir o percentual de 90% de demandas atendidas até 2026
2	Ampliar os serviços digitais do TJTO	Atingir o percentual de 90% de demandas atendidas até 2026
3	Ampliar o percentual de demandas atendidas	Atingir o percentual de 100% de demandas atendidas até 2026

Tabela 03 - Alinhamento ao PDTIC

13.3. Alinhamento ao Plano de Contratações Anual – PCA

ID	Descrição
30	Certificado digital para servidor web, do tipo SSL, Domínio único – EV - ICP-Brasil, conforme evento 6921678do SEI nº 25.0.000008866-0.

Tabela 04 - Alinhamento ao PCA

14. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

14.1. A demanda é considerada “comum” pois enquadra-se nos termos de bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

14.2. Em conformidade com o disposto no art. 40, da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração deve, sempre que possível, parcelar o objeto da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número de licitantes. No entanto, não há possibilidade de parcelamento por se tratar de item único que está necessariamente entrelaçado com o serviço de implementação.

14.3. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que é um único objeto:

Item	Descrição do objeto/serviço	Unidade de Medida	Quantidade
01	Certificado Digital do tipo e-Equipamento, formato em arquivo, padrão ICP-Brasil, com validade de 12 meses	Unidade	3

Tabela 05 - Parcelamento da Solução de TIC

14.4. Deste modo, não será admitido o parcelamento da solução.

15. RESULTADOS E BENEFÍCIOS ESPERADOS

15.1. Garantir a autenticidade, integridade e o não repúdio das transações realizadas;

15.2. Manter em níveis adequados a segurança no tráfego das informações fornecidas pelos serviços Web do Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

- 15.3. Garantir que os dados sensíveis dos serviços do Tribunal trafeguem com segurança sob criptografia forte; e
- 15.4. Garantir a continuidade na comunicação entre os dados dos sistemas do Governo Federal e os sistemas do Poder Judiciário do Tocantins.

16. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

16.1. Requisitos legais

- 16.1.1. Lei nº 14.133, de 2021;
- 16.1.2. Resolução CNJ nº 468, de 2022;
- 16.1.3. Instrução Normativa TJTO nº 4, de 2023.

16.2. Requisitos de garantia e manutenção

- 16.2.1. Os requisitos de garantia se darão conforme item 8.12 deste termo de referência.
- 16.2.2. A substituição de qualquer Certificado Digital que apresentar falha deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da abertura da ordem de serviço (chamado), e deverá estar coberta pela garantia, sem gerar qualquer ônus adicional para o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins..

16.3. Requisitos de arquitetura tecnológica

- 16.3.1. Não se aplica uma vez que se trata de emissão de certificados digitais e fornecimento de chaves criptográficas.

16.4. Requisitos de projeto e de implementação

- 16.4.1. Não se aplica.

17. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

- 17.1. A Contratada deverá manter sigilo sobre quaisquer dados, informações ou documentos, do Contratante, de que venha a ter conhecimento ou que lhe venham a ser confiados, não podendo sob qualquer pretexto, divulgá-los, revelá-los ou reproduzi-los, sob as penas da lei.
- 17.2. A Contratada deverá manter no mais estrito sigilo toda documentação de natureza técnica e administrativa, gerada em função da execução do contrato, não copiando, não usando em seu próprio benefício, nem revelando ou mostrando a terceiros, nem publicando tais informações, no território brasileiro ou no exterior, conforme "Anexo I do Termo de Referência".

18. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS

- 18.1. A emissão do certificado digital deverá ser realizada por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil;
- 18.2. O certificado digital deverá atender as especificações técnicas mínimas identificadas no item 1.1.3. do Termo de Referência;
- 18.3. Respeitar o prazo para execução do objeto de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento Ordem de Serviços;
- 18.4. Prover garantia de correção e atualização motivadas por falhas técnicas da Contratada e/ou mudanças originadas de diretrizes oriundas da ICP-Brasil, pelo período mínimo exigido no item 8.12. do Termo de Referência.
- 18.5. A Contratada deverá observar o Acordo de Nível de Serviço (ANS), conforme o Anexo V (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO) deste Termo de Referência.
- 18.6. Pela inexecução ou descumprimento dos prazos de atendimento dos chamados, a CONTRATADA estará sujeita a glosas, conforme estabelecidas no Anexo V deste Termo de Referência, de acordo com a medição dos níveis mínimos de serviços.

19. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 19.1. A classificação orçamentária foi informada pela DIVPODG, na Informação nº 6786/2026, inserta no evento 6981296, SEI nº 26.0.000002846-0, da seguinte maneira:
- **Unidade Gestora:** 060100 - FUNJURIS
 - **Classificação Orçamentária** - 0601.02.126.1145.4231
 - **Natureza de Despesa:** 33.90.40
 - **Fonte de Recursos:** 1760

20. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria Diger nº 346 de 4 de fevereiro de 2026, sob evento 6967463 do processo SEI nº 26.0.000002846-0, aprova a Contratação de empresa especializada em emissão de Certificados Digitais do tipo e-Equipamento A1 (arquivo), padrão ICP-Brasil, de acordo com especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência, para atender as demandas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

O <ÓRGÃO>, sediado na XXXXXX, CEP XXXXXXX, inscrito sob CNPJ nº XXXX/XXXX-XX doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, inscrita sob CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto nº 7.845/2012 – Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste Termo, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo Contratante.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo

da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.
Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O Termo informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do Contratante e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao Contrato Principal, doravante denominados Informações, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do Contrato Principal celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do Contrato Principal.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do Contrato Principal.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste Termo não serão aplicadas às Informações que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente Termo;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do Contrato Principal, em conformidade com o disposto neste Termo.

Parágrafo Primeiro – A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do Contratante.

Parágrafo Segundo – A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do Contrato Principal sobre a existência deste Termo bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo e dará ciência ao Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo Contratante.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste Termo.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do Contrato Principal.

Parágrafo Sexto – A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do Contrato Principal.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do Contrato Principal firmado entre as Partes. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Título IV do Capítulo I da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do Contrato Principal.

Parágrafo Primeiro – Em havendo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente Termo prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada;

II – A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao Contrato Principal;

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente Termo somente poderá ser alterado mediante Termo Aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste Termo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de Termo Aditivo a Contrato Principal;

VIII – Este Termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

O Contratante elige o foro de Palmas, no Estado do Tocantins, onde está localizada a sede do Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Palmas-TO, <dia> de <mês> de <ano>.

De acordo.

Contratada

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA**MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E DAS NORMAS DE SEGURANÇA (TCMS)**

LICITAÇÃO Nº 00X/20XX

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF _____, ocupante do cargo [cargo que ocupa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), emitido por ocasião da assinatura do contrato nº _____/20____, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data.

Assinatura**ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA****MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE SERVIÇO**

Aos XX dias do mês de XXXXXXXXXX do ano de XXXX, este GESTOR, encerrou os trabalhos de análise para fins de RECEBIMENTO PROVISÓRIO, previsto no Contrato nº XX/XXXX (ou Nota de Empenho nº XX/XXXX), do Processo nº XX/XXXX. Assim tendo procedido, este Gestor conferiu o serviço prestado e atesta o RECEBIMENTO PROVISÓRIO, sem (ou com as seguintes) ressalvas:

1. (listar as discrepâncias, quando houver).

Palmas-TO, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

Contratante**ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA****MINUTA DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE SERVIÇO**

Aos dias XX do mês de XXXXXXXXXX do ano de XXXX, este gestor, declara para os devidos fins, que recebe definitivamente, o serviço prestado e atesta o RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto previsto no Contrato nº XX/XXXX (ou Nota de Empenho nº XX/XXXX), do Processo nº XXXXXXXXXX.

Palmas-TO, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

Contratante**ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA****ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO**

1. Acordo de Nível de Serviço para entrega dos objetos:

Ação	Descrição	Medidas corretivas
Prazo para solução de problemas ou entrega dos bens	Até 1 (um) dia útil de atraso referente aos prazos dos tópicos 8.11.2., 8.12.1., 8.13.2. e 16.2.2. deste Termo de Referência.	Advertência.
	Superior a 1 (um) dia útil e inferior a 3 (três) dias úteis de atraso referente aos prazos dos tópicos 8.11.2., 8.12.1., 8.13.2. e 16.2.2. deste Termo de Referência.	Glosa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do Contrato por dia de atraso.
	A partir de 3 (três) dias úteis de atraso referente aos prazos dos tópicos 8.11.2., 8.12.1., 8.13.2. e 16.2.2. deste Termo de Referência.	Glosa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia de atraso sobre o valor total do Contrato.
Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador.		Glosa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por ocorrência.



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Stacciarini Seraphin**, **Diretor de Tecnologia da Informação Substituto**, em 08/05/2026, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ruto César Moreira Costa**, **Técnico Judiciário**, em 08/05/2026, às 15:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lêda de Oliveira Batista Aires**, **Chefe de Divisão**, em 08/05/2026, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Canedo Costa Rodrigues**, **Analista Judiciário**, em 08/05/2026, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **7117855** e o código CRC **6F6A60E4**.

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, sn - Bairro Centro - Palmas/TO, CEP 77015007
(63) 3218-4300 - <http://www.tjto.jus.br/>